

“Entre travessas e travessias”: uma análise antropológica sobre a cisma e o lugar-comum¹

“Between sleepers and crossings”: an anthropological analysis of the schism and the commonplace

FABIO REIS MOTA

DANIELA VELASQUEZ PELAEZ

RESUMO

Nesse artigo, pretendemos desenvolver uma reflexão sobre as diferentes passagens e travessias pelas quais devemos passar, enquanto cientistas sociais, para conformarmos os recursos analíticos de que dispomos para a compreensão do fazer sociedade. Para tanto, lançamos mão de uma análise etnográfica e antropológica que nos remete a distinguir a ação de cismar e a de desconfiar. Enquanto o ato de desconfiar segue o percurso da negociação, no ato da cisma a

¹Este artigo é resultado de pesquisas desenvolvidas no interior do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa-NUFEP e do INCT-Instituto Comparados em Administração Institucional de Conflitos/InEAC da Universidade Federal Fluminense. Nomeadamente, ele é consequência direta do trabalho desenvolvido no âmbito do Projeto Capes Print *International Research Network on Conflict Management in Plural Public Spaces: Inequalities, Justice and Citizenship in a Comparative Perspective* e do Projeto “Entre “schisme” et “méfiance”: quelles possibilités de “démocratie”? La construction de la politique et de la citoyenneté dans une perspective anthropologique comparative”, financiado pela chamada Edital 2020 “Programme « Directeurs d’Études Associés » (DEA)” da *Fondation Maison des sciences de l’homme*, Paris-França.

arbitrariedade exercida pelo agente cismador aniquila as negociações e os espaços intersticiais de debate e disputa. Buscamos salientar as repercussões dessas operações na produção de uma "racionalidade ilusionista", em detrimento da "racionalidade iluminista", na configuração das democracias modernas. O trabalho contrastivo é um importante recurso metodológico e analítico que mobilizamos para tecer as distinções propostas no artigo; neste caso, a França é passível de ser tomada como ponto de contraste para as análises empreendidas.

Palavras-chave: Cisma; Comparação; França; Sociologia pragmática.

ABSTRACT:

In this article, we intend to develop a reflection on the different passages and crossings that we must go through, as social scientists, to conform the analytical resources we have for understanding the making of society. We make use of an ethnographic and anthropological analysis that leads us to distinguish between the action of brooding and that of distrust. While in the latter the interactions follow the path of negotiation, in the act of schism the arbitrariness exercised by the schism agent annihilates the negotiations and the interstitial spaces for debate and dispute. We seek to highlight the repercussions of these operations in the production of an "illusionist rationality", to the detriment of the "enlightenment rationality", in the configuration of modern democracies. Contrastive work is an important methodological and analytical resource that we mobilize to weave the distinctions proposed in the article, hence France becomes a point of contrast for the analyses undertaken.

Key words: Schism; Comparison; France; Pragmatic sociology.

INTRODUÇÃO

Travessias, idas e vindas, percursos tortuosos, caminhos oblíquos. São esses alguns dos requisitos do trabalho do cientista social. Saber transitar entre textos, pessoas, pensamentos, sentimentos, valores, representações, práticas sociais, pessoas de carne e osso, múltiplas realidades e percepções do mundo. Para um cientista social, quanto mais impuro um quadro analítico, interpretativo ou teórico, mais saboroso ele é: neste caso, as dimensões imprevistas, as entrelinhas das relações humanas, os labirintos postos pelos igarapés nos rios e fios da vida social pelos quais nos guiamos, as múltiplas teias de significados (WEBER, 1984; GEERTZ, 1989) que atravessam nossa existência e a radical alteridade nos encontros com os “outros” e conosco mesmos, tudo isso nos oferece o (benéfico) estado de impureza do pensamento. Inquietar-se é o nutriente primeiro do ofício do etnógrafo. Certezas bem-ditas são, geralmente, xamanismos sociológicos ou antropológicos que mais obscurecem o entendimento dos fenômenos sociais com os quais lidamos do que, propriamente, esclarecem problemas extremamente complexos e de difícil resolução do ponto de vista analítico e interpretativo.

No percurso das pesquisas, vamo-nos compondo, recompondo, associando uma série de coisas, experiências, sensações, sentimentos que eclodem em nossas mentes e lentes ao longo do tempo e que vão nos surpreendendo dia a dia. A mente humana e a vida social são caixinhas de surpresas, que quando abertas nos aportam novidades e nos abrem ângulos novos acerca de nossa percepção sobre o que seja a “realidade”.

Particularmente, o empreendimento comparativo por nós empreendido, sobretudo inspirado nos trabalhos de Da Matta (1979); Kant de Lima (2011); Dumont (1966; 1983); Cardoso de Oliveira (2002) e Thévenot (2020), dentre outros, permitiu a operação radical de desembotar nosso olhar a partir de uma relação radical entre um ir e vir entre as nossas categorias, as categorias alheias a nós e aquelas provenientes das categorias analíticas. O exercício de realização de comparações ortogonais (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1991) foi rendendo, ao longo das nossas trajetórias como antropólogos, uma abertura à observação e compreensão dos fenômenos sociais sob diversas dimensões outrora despercebidas. A cada fato etnográfico ou social, uma partícula se desprendia desembocando em novas linhas e percursos analíticos.

AS TRAVESSIAS

Percorremos muitos campos ao longo de nossas trajetórias profissionais. O trabalho de decantar observações, interpretações e “eclosões de horizontes” exigia nos deixar guiar pelos igarapés da vida humana, o que implicava em nos surpreendermos com os caminhos e orientações fornecidos pelo trabalho de campo. Nesse percurso de estrangeirização, é preciso não somente ser observador dos “outros”, mas igualmente observador de si.

A partir dessa compreensão do ofício, o primeiro autor desse artigo foi se dispondo, ao longo de sua trajetória profissional, a realizar etnografia com pescadores artesanais, comunidades quilombolas, povos indígenas e com a polícia. Usou e abusou de suas experiências na gestão de políticas públicas na área de segurança pública e meio ambiente, fez das aulas com alunos de Ciências Sociais e ou de cursos destinados aos policiais uma ilha própria na qual pôde avançar em compreensões sobre diversos temas, participou da vida urbana da periferia junto a amigos com os quais muito aprendeu sobre as vicissitudes da “filosofia ordinária”. Entre outras inúmeras experiências antropológicas e pessoais, foram se abrindo os caminhos para seu ofício de antropófago; foi além-mar realizar trabalho de campo em Paris e Lisboa, conviveu sistematicamente com sociólogos e

antropólogos franceses, suíços, portugueses, peruanos, mexicanos, argentinos etc., ampliando sua perspectiva sobre os fenômenos sociais com os quais se confrontava em seu *métier*. Foi expandindo, se decompondo, e assim refazendo cada linha de interpretação e análise que teceu. Por essas águas e igarapés de muitas entradas e percursos, foi levado à *cisma*!

DESCONFIAR NÃO É CISMAR

Tem-se enfatizado em alguns artigos publicados (MOTA, 2018, 2020, 2021;) a diferença cognitiva, simbólica e *sócio-lógica* entre *cismar* e *desconfiar*.

A desconfiança-confiança é um patrimônio do liberalismo político. Como dispositivo cognitivo e moral, a desconfiança, como a conhecemos, tem tido lugar no mundo liberal — ordenada pelo primado da razão, pela centralidade dos direitos individuais e pela capacidade de se forjarem argumentos consensuais — num contexto em que o reconhecimento do outro se torna imperativo para a formação do autorreconhecimento, como postulado nos escritos filosóficos de Hegel, em particular no clássico *Fenomenologia do Espírito* (1974). Afinal, no Antigo Regime, a confiança era uma atribuição externa ao indivíduo — ou seja, as respostas sobre os fatos eram externas às *personas*, uma vez que provinham de um Ser onipresente, ao passo que, no liberalismo, a própria confiança conduz, com a emergência da noção de si e de *trust*, à construção de um espaço público no qual a dualidade confiança-desconfiança desempenha um papel central para o desenvolvimento do capitalismo e dos sistemas democráticos dos "países ocidentais". Enquanto na desconfiança a suspeita é efêmera e passível de ser negociada entre as partes concernentes à interação, na *cisma*, pelo contrário, se suspende a negociação e se imprime unilateralmente uma visão enrijecida sobre as coisas e pessoas, propiciando com que a *cisma* se alimente de elementos antifactuais, perenes e imutáveis aos olhos do “*cismador*”.

A *cisma* que no português é um substantivo feminino inexistente na língua francesa, inglesa, espanhola, grega, dentre outras. A *cisma* só tem lugar na língua portuguesa². Em outras línguas que não a portuguesa, o uso do termo *cisma* só existe enquanto correspondente ao nosso substantivo masculino, referindo-se à separação dos seguidores de uma religião (o *cisma* do Oriente), à divisão ou ruptura de um grupo. No uso da vida cotidiana no Brasil — e também em dicionários portugueses, como o Houaiss —, essa

² Nota da edição: Esse fato se manifestou explicitamente quando da interlocução entre editores e autores acerca do título em inglês e da menção da *cisma* no *abstract*.

categoria também pode ser usada como substantivo feminino (*a cisma*) para designar uma ideia fixa, produto da imaginação, da hostilidade gratuita e teimosa, entre outros significados que se referem à construção de uma explicação fortemente formulada como uma certeza absoluta sobre uma coisa, um fenômeno, uma representação ou uma ideia do mundo, ou sobre uma definição da "identidade" ou "papel" social de uma pessoa que é definida sem passar pelo aval da pessoa que é objeto de uma "cisma". As razões da inexistência desse sentido em outras línguas não são meramente linguísticas, mas revelam como o trabalho de reconhecimento do outro, da produção da argumentação e da "verdade", o exercício de conformação de papéis e identidades sociais, nesses outros ambientes, é regido por outros princípios de justiça, gramáticas e ordenamentos simbólicos e pragmáticos sensivelmente distintos do que conhecemos e consideramos no Brasil.

Há uma diferença substantiva entre cismar e desconfiar, e ela repercute no modo como procedemos na construção ordinária, política e filosófica da "democracia" — espaço esse povoado de indivíduos livres e capazes de exercitarem argumentos plausíveis que tendem a produzir generalidade e consensos provisórios — e, para arriscar um neologismo, de uma "cismocracia"³: universo em que os indivíduos constroem as suas opiniões, representações e "verdades" sob uma base fortemente enrijecida acerca das pessoas, das identidades, das coisas, valores e "fatos". Em vez de elaborar um espaço interacional, no qual as pessoas se envolvem no processo de construção consensual de fatos e coisas, onde a autoridade do argumento racional, lógico e cartesiano tem o seu lugar, na "cismocracia" prevalece a elaboração da "verdade" sobre fatos e coisas que são elaboradas sob critérios próprios e encarcerados nos mundos dos que compartilham uma mesma cisma, ou seja, de um conjunto de representações do e sobre o mundo ensimesmadas em "verdades imutáveis".

A islamofobia na França, a violência policial em expansão contra afro-americanos nos Estados Unidos da América, a emergência da extrema direita em vários países europeus, as políticas de cancelamento e julgamento virtuais no Brasil de Bolsonaro e dos bolsonaristas e, para adensar, a pandemia do novo coronavírus (Sars-Cov-2), tudo isso faz parte desse empreendimento humano no reforço à "razão cismática" em detrimento da razão iluminista.

³ Agradecemos ao nosso colega Prof. Felipe Berocan, membro do Nufep, do INCT-InEAC e do PPGA da UFF, pela sugestão do uso do neologismo para delinear um quadro comparativo com relação aos modelos democráticos modernos.

Se a "democracia" tende a dar legitimidade à concertação e aos argumentos factuais e consensuais, a “cismocracia”, por outro lado, tende a conformar espaços em que há uma forte ruptura comunicativa entre as partes concernidas às relações sociais, geralmente encapsulando as ideias, valores e representações de mundo em “bolhas de certezas absolutas”.

Marshal Sahlins, em “Ilhas de História” (2003), sublinha que acontecimentos — fenômenos, ações, situações, catástrofes que se abatem sob nós — podem sofrer inúmeras alterações no interior dos quadros de interpretações e significados emprestados pelos agentes acerca dele. Esse acontecimento, mediante o trabalho da linguagem simbólica, se transmutaria em um evento, ganhando, com isso, uma multiplicidade de sentidos presentes no pensamento e na prática das pessoas. Segundo ele,

Um acontecimento é de fato um evento de significância, e enquanto significância é dependente na estrutura por sua existência e por seu efeito. Acontecimentos não estão apenas ali e acontecem, como diz Max Weber, mas têm um significado e acontecem por causa deste significado. Ou, em outras palavras, um acontecimento não é somente um evento no mundo; é a relação entre um evento e um dado sistema simbólico. E apesar de um evento enquanto acontecimento ter propriedades “objetivas” próprias e razões procedentes de outros mundos, não são as propriedades enquanto tais que lhe dão efeito, mas a sua significância, da forma que é projetada a partir de algum esquema cultural (SAHLINS, 2003, pág. 190).⁴

Diversos eventos, transmutados em acontecimentos, no século XXI, em particular os que produzem inquietações nos quadros de confiança nas pessoas, nas instituições e em si mesmo fizeram da cisma uma força motriz de grande potencialidade nas dinâmicas sociais e humanas. Um deles, o atentado no Charlie Hebdo, foi um acontecimento histórico que viria a ter consequências para além do território francês. A queda das Torres Gêmeas nos EUA, o chamado 11 de setembro, foi outro evento deflagrador dessas relações incongruentes entre americanos e imigrantes, em especial os de origem árabe.

Mota (2021) chama atenção que o atentado no Charlie Hebdo tem forte repercussões na composição do comum na República francesa. Os irmãos Kouachi eram

⁴ Na versão original de *Islands of History*, Sahlins, utiliza as categorias *happening* e *event* para distinguir o que equivaleria, em português, a “evento” e “acontecimento”. O autor define acontecimento (*event*) como um evento de significância (*happening of significance*). Como salienta Freire (2014), referindo-se a Marco Antônio da Silva Mello, o evento, na língua portuguesa, designa algo que se abate sobre as pessoas, destituído de qualidades, ao passo que “acontecimento” designa o evento mediatizado pela linguagem, o evento como objeto de reflexividade e significância.

produtos de origem controlada francesa. Gerados e criados em território metropolitano, cultivados na escola laica e republicana francesa, lugar por excelência da produção e reprodução da gramática cívica, os irmãos Kouachi eram, por sua vez, a expressão do projeto inacabado da *République*, lugar por excelência do “*bien commun*”, da cidadania universal, do berço esplendido dos direitos humanos e da certificação da relação de confiança mútua entre os cidadãos iguais em sua dignidade. Habituada com a figura do inimigo externo — face a história colonial francesa —, a França agora se via diante da situação inédita: pela primeira vez uma ação terrorista de amplitude internacional e de comoção pública havia sido perpetrada por cidadãos e nacionais franceses.

Como ressalta Mota (2021), olhares e corpos informados pela postura da indiferença e distância cívica pareciam dar lugar a olhares atentos, amedrontados e fortemente cismados nos espaços interacionais. Uma questão se apresentava: se os princípios de integração *a la française* forjaram um mundo fortemente equipado pela noção de uma humanidade comum compartilhada, quais as consequências da desintegração de parte desse *corpus* republicano com a eliminação de franceses por seus próprios compatriotas? Como o lugar do contrato social *a la* Rosseau, instruído pelo reconhecimento e confiança mútua das pessoas, lidaria com a emergência de um sentimento de suspeição sistemática entre os membros dessa *polis* republicana?

Aquilo tudo se contrastava com um mundo regido pelo princípio da confiança (do *trust*), esse relevante mecanismo concebido pela modernidade industrial, burguesa, capitalista, individualista e igualitária. Esses importantes dispositivos humanos, centrais para a conformação das sociedades contemporâneas, somados ao trabalho de conformação da alteridade, do reconhecimento da dignidade do outro, da singularização e construção do *self* (LÉVI-STRAUSS, 1976; MEAD, 1934; RICOEUR, 2004), pareciam corroer as bases da *République*.

As diversas narrativas, representações e discursos apresentados ao longo da nossa etnografia pelos nossos interlocutores permitiram que tecêssemos alguns quadros de referência sobre as geometrias variáveis da dignidade e do reconhecimento em contextos regidos pelo “regime da cisma” (MOTA, 2021). Tais experiências nos levavam a nos confrontar com outros quadros analíticos e teóricos. Afinal, no “regime da cisma” os detentores do monopólio de elaborar a *cisma* sobre alguém suspendem a possibilidade de ações comunicativas simétricas (HABERMAS, 1993), alocando a situação de interação para um plano no qual as definições identitárias estão sob o crivo do ator que assujeita o outro a

uma identidade enquadrada por ele, sem que ela seja passível de um trabalho de negociação entre as partes envolvidas em uma interação. Uma das consequências *sócio-lógicas* desse fenômeno é o fato de que a identidade definida pelo agente cismado se torna, ainda que momentaneamente, o papel social (GOFFMAN, 2001) principal do ator assujeitado, subvertendo o princípio *sócio-lógico* que define os procedimentos de elaboração de uma identidade no mundo moderno, qual seja, o da negociação situacional dos papéis. Na cisma não se negociam nos termos liberais as posições, ideias e papéis. Os movimentos antivacina ou os debates sobre a eficácia de determinados medicamentos (como a cloroquina) para o tratamento da infecção pelo novo coronavírus — ou ainda o fenômeno do bolsonarismo no Brasil e de Trump nos EUA, por exemplo — estão aí para nos dar um panorama dessa razão cismática e de suas consequências na conformação de uma “cismocracia” emergente (MOTA E TOSCANO, 2021).

Cabe ressaltar que a “democracia” tende a dar legitimidade à concertação e aos argumentos factuais e consensuais (é o mundo da produção do dissenso no consenso, como diria Bourdieu), enquanto a cismocracia tende a construir espaços em que há uma forte ruptura comunicativa, especialmente entre as partes desiguais que conformam o espaço público. É o lugar para o exercício de uma espécie de contraditório onde “verdade” e “fatos” só podem ser revelados pela presença de uma autoridade interpretativa que os definirá e constituirá os elementos centrais para a produção da “verdade”. Como resultado, são produzidas “bolhas de verdade” que, fechadas em si mesmas, se confrontam e contradizem, sem permitir a ponte do diálogo ou um consenso mínimo sobre os fatos.

Como salienta Kant de Lima (2008), essa lógica do contraditório é aplicada num sistema de debate que não procura o consenso, mas que se baseia na tentativa de desqualificar sistematicamente o discurso da outra parte e que pode utilizar todos os meios à sua disposição para o fazer. Essa estratégia dilui o significado de categorias como “fato”, “prova” etc. porque, na ausência de consenso, as duas partes na disputa alegam que a sua “tese” tem maior credibilidade factual e probatória. É um sistema de dissidência infinita. É interrompido apenas por uma terceira pessoa que decide qual dos concorrentes tem razão, definindo depois, externa e monologicamente, o que é fato ou prova. Portanto, é um sistema em que necessariamente alguém tem o poder monocrático de decidir quem ganha e quem perde. Associa fortemente o conhecimento ao poder, retirando das partes os mecanismos de consenso que têm a função de legitimar o resultado do processo de construção da verdade.

Essa lógica é fundamentalmente oposta à lógica de construção do conhecimento científico, que se baseia numa argumentação que conduz a uma convicção das partes envolvidas e a um consenso, sempre provisório, sobre experiências empíricas e fatos apoiados no processo argumentativo. O conhecimento produzido por essa racionalidade cismática tem, portanto, a sua legitimidade no poder da autoridade que elege e consagra o vencedor.

Com o advento da internet e das redes sociais, esses argumentos de autoridade passaram para as mãos de "influenciadores", indivíduos que, perante o enorme volume de informação disponível nas redes e a óbvia dificuldade de verificar a sua base, se tornaram eles próprios arautos da verdade condensada nas suas próprias opiniões e testemunhos, as únicas legitimadas a validar o conhecimento que transmitem pelo WhatsApp, pelo Instagram e pelo Twitter. Vemos mesmo surgir "gurus" entre líderes e messias, cuja base de autoridade é autoproclamada, uma vez que recusam ter os seus conhecimentos validados por instituições ou outras pessoas fora de suas "bolhas de certeza", como vemos nos movimentos terraplanista, antivacina, bolsonarista, entre outros.

ALGUNS TRAJETOS: A CISMA E OS LUGARES-COMUNS.

Os fenômenos que surgiram nos últimos anos no Brasil e no mundo mostram as grandes mutações simbólicas, morais e políticas que produziram severas tensões entre os valores e as práticas advindas dos sistemas democráticos tradicionais e os que emergem com força nas últimas décadas. A valorização dos critérios cismáticos é um deles, e buscamos ao longo do texto problematizá-lo. Mas há outra dimensão importante e que se relaciona com a cisma que é a conformação da política pelos lugares-comuns. De acordo com Thévenot, a análise sobre os lugares-comuns

(...) permite profundizar el análisis de modos de autoritarismo que emergen nuevamente incluso en países con una tradición democrática. Algunos casos extremos recuerdan la principal figura de la autoridad encarnada por hombres fuertes, cuya forma invertida se confunde fácilmente con el cuerpo animado por una energía vital y sexual expuesta físicamente (OLEYNIK, 2010). El culto a la personalidad borra la tensión producida por dicha configuración, al precio de una renuncia a la humanidad común: la distinción del superhombre va de la mano de la existencia de subhumanos. En sus formas contemporáneas, el autoritarismo no es un simple retorno al absolutismo. Incluye la caracterización del pueblo, lo que lo hace hablar sobre populismo. Aquí

es donde la tercera gramática hace una valiosa contribución. Ella ayuda a comprender el apoyo popular del líder, que se basa en las inversiones personales de los lugares comunes que el líder convoca. También muestra las formas en que se reducen estos diversos lugares comunes, que este líder opera para afirmar una autoridad única e indivisa contra todo pluralismo, al cual lo define como enemigo. Por lo tanto, el mecanismo de construcción y mantenimiento de tal autoritarismo no depende solo de una ascendencia carismática. Estas autoridades hacen uso de lugares comunes para combinar la poderosa masa de una multitud que invierte un lugar al ocuparlo, con redes de personas involucradas a distancia dentro de un ámbito de afinidades de rápida expansión que equipa el poder de herramientas de comunicación de manera única. Estos autoritarismos reúnen a solo uno todos los lugares comunes que convocan. Generalizándolo, enmascara su diversidad y la pluralidad de conexiones que permiten, según esta gramática, expresar diferencias y mantener un pluralismo (THÉVENOT, 2019, p. 22).⁵

“Bandido bom é bandido morto” foi um dos lugares-comuns que colaboraram, no caso brasileiro, para a ascensão do modelo de gestão autoritária do governo de Jair Messias Bolsonaro. Esse lugar-comum canalizou e amalgamou uma série de princípios, valores e moralidades que se conjugam com a “razão cismática” (MOTA E TOSCANO, 2021). Esses lugares-comuns, a que se refere Thévenot, associados ao surgimento da racionalidade cismática que problematizamos, são caminhos analíticos que nos parecem frutíferos para a compreensão do fenômeno da “cismocracia contemporânea”. São recursos para nossas travessias pelos fenômenos sociais que afligem o Planeta nos dias atuais. Como Thévenot indica:

⁵ Tradução livre: (...) permite aprofundar a análise dos modos de autoritarismo que voltam a emergir mesmo em países com tradição democrática. Alguns casos extremos lembram a principal figura de autoridade personificada por homens fortes, cuja forma invertida é facilmente confundida com o corpo animado por uma energia vital e sexual fisicamente exposta (OLEYNIK, 2010). O culto da personalidade apaga a tensão produzida por essa configuração, ao preço de uma renúncia à humanidade comum: a distinção do super-homem anda de mãos dadas com a existência dos subumanos. Em suas formas contemporâneas, o autoritarismo não é um simples retorno ao absolutismo. Inclui a caracterização da cidade, o que a faz falar de populismo. É aqui que a terceira gramática dá uma contribuição valiosa. Ela ajuda a entender o apoio popular do líder, que se baseia nos investimentos pessoais dos chavões que o líder convoca. Mostra também as maneiras como esses vários chavões são reduzidos, que esse líder opera para afirmar uma autoridade única e indivisível contra todo pluralismo, que ele define como inimigo. Portanto, o mecanismo de construção e manutenção de tal autoritarismo não depende apenas de uma ancestralidade carismática. Essas autoridades fazem uso de lugares-comuns para combinar a massa poderosa de uma multidão que investe um lugar ocupando-o, com redes de pessoas envolvidas a distância em um reino em rápida expansão de afinidades que equipam o poder das ferramentas de comunicação de uma forma única. Esses autoritarismos reúnem todos os lugares-comuns que convocam para um só. Ao generalizá-lo, mascara a sua diversidade e a pluralidade de conexões que permitem, segundo esta gramática, expressar diferenças e manter o pluralismo.

Esta gramática es muy importante para estudiar la construcción de lo común en diversas culturas sin sufrir el sesgo de los marcos de análisis de las ciencias políticas y sociales demasiado sesgados por su anclaje original a los países nor-occidentales. No es que esta gramática esté ausente, pero la modernidad occidental (limitada por las demandas de las Luces) así como por las ciencias sociales y políticas nacidas en su seno, ha dificultado su consideración. (THÉVENOT, 2021 p 17-18)⁶

Nesse sentido, propomos tratar essas ferramentas analíticas como recursos para nossas travessias nas travessas e encruzilhadas apresentadas pelos modos de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. (1991). De la justification: Les économies de la grandeur. Paris, Gallimard.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís. (2002). Direito legal e insulto moral: dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA. Rio de Janeiro: Garamond.
- DAMATTA R. (1979). Você sabe com quem está falando? Um ensaio sobre a distinção entre indivíduo e pessoa no Brasil. In: DAMATTA, R. Carnavais, Malandros e Heróis. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- DUMONT, Louis. (1966). Homo hierarchicus. Paris: Éditions Gallimard.
- DUMONT, Louis. (1983). Essais sur l' individualisme: une perspective anthropologique sur l'idéologie moderne. Paris, Seuil.
- FREIRE, Leticia de Luna (2014). Próximo do saber, longe do progresso: histórias de uma vila residencial no campus universitário da Iha do Fundão. Niterói, EDUFF.
- GOFFMAN, E. (2001). A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis, Editora Vozes.
- GEERTZ, Clifford. (1989). A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara.
- HABERMAS, J. (1993). L'espace public. Paris: Payot.
- HEGEL, G.W.F. (1974). Fenomenologia do Espírito. In: Os Pensadores.
- KANT DE LIMA, R. (2008). Ensaios de Antropologia e de Direito: acesso à justiça e processos institucionais de administração de conflitos e produção da verdade jurídica em uma perspectiva comparada. Rio de Janeiro: Lúmen Júris Editora.
- KANT DE LIMA, R. (2011). Antropologia da Academia: quando os índios somos nós. Niterói, EDUFF.

⁶ Tradução livre: Essa gramática é muito importante para estudar a construção do comum em diversas culturas sem ser enviesada pelos quadros de análise das ciências políticas e sociais que são demasiadamente enviesados devido à sua ancoragem original nos países do Ocidente. Não é que essa gramática esteja ausente, mas a modernidade ocidental (limitada pelas demandas do Iluminismo), bem como pelas ciências sociais e políticas nela nascidas, tornou difícil considerá-la.

- LÉVI-STRAUSS, C. (1976). Raça e História. In: Antropologia Estrutural dois. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 328-366.
- MEAD, George Herbert. (1934). Mind, self and society. Chicago: University of Chicago Press.
- MOTA, Fabio Reis. (2018). Do indivíduo blasé aos sujeitos cismados: reflexões antropológicas sobre as políticas de reconhecimento na contemporaneidade. *Revista Antropolítica*, nº 44.
- MOTA, Fabio Reis. (2020). De la justification: o resplandecimento de um novo gesto pragmático na sociologia francesa. In: BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. A justificação: sobre as economias da grandeza. Rio de Janeiro: EDUFRJ.
- MOTA, Fabio Reis. (2021). Kategoriiia skhizmy v Brazílii i v mire: vzgliad na sovremen- noe konstruirovaniie politicheskogo v pragmaticheskoi perspektive (The Category of “Schism” in Brazil and Elsewhere: A View of Today’s Construction of the Political in the Pragmatic Perspective). *Ènograficeskoe Obozrenie (MOSKA. 1992)*, v.02, p.05 - 61- 73.
- RICOEUR, Paul. (2004). *Parcours de la reconnaissance*. Paris: Gallimard.
- SAHLINS, Marshal. (2003). *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- THÉVENOT, Laurent. (2019). Reconhecimentos: com Paul Ricoeur e Axel Honneth. *Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia*, 44.
- THÉVENOT, Laurent. (2020). “La grande décentration”. In: *Revue M.A.U.S.S*, n 56.
- THÉVENOT, Laurent. (2006). *L’action au pluriel. Sociologie des régimes d’engagement*. Paris: Editions Le Découverte.
- THÉVENOT, Laurent. (2021). “Metamorfosis de la autoridad y 'gobierno por estándares'. Aportes de la sociología pragmática de las grandezas, las convenciones y los involucramientos” In: *Las ciencias sociales en el siglo XXI. Miradas diferentes y convergentes, dirigido por Enrique Rivera*, 53-77. Puno: I El Altiplano.
- WEBER, Max. (1984). *Economía y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica.

Fabio Reis Mota

Professor Associado do Departamento de Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), coordenador do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa-Nufep-UFF

Daniela Velasquez Pelaez

Doutoranda em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense, pesquisadora do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa-Nufep-UFF